

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MINORIAS E MEIO AMBIENTE
REQUERIMENTO N.º DE 2001
(do Sr. Luiz Alberto e Sr. Luciano Zica)

Solicita realização de Audiência Pública para discutir e apurar os fatos relacionados ao Aterro Mantovani, em Santo Antônio de Posse, Estado de São Paulo.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos de Vossa Excelência, após ouvido o plenário desta Comissão, a realização de uma Audiência Pública para debater questões relacionadas ao Aterro Mantovani, localizado na cidade de Santo Antônio de Posse, Estado de São Paulo, objetivando identificar os principais problemas ambientais que o depósito acarretou à região, assim como identificar os responsáveis, a fim de buscar soluções necessárias à despoluição do local e à proteção da população vizinha, convidando para o debate os donos das empresas que depositaram lixo no local, o **Sr. Valdemar Mantovani**, proprietário do aterro, um representante da CETESB, a **Sra. Fabiana Dal`Mas**, Promotora Pública de Jaguariúna, a **Sra. Maria Suely Longhi**, Secretária de Saúde de Santo Antônio de Posse, **Sr. Flores Welle**, da ONG Suprema, **Sr. Romeu Mattos**, da Associação Amigos do Rio Camanducaia e moradores da região.

JUSTIFICATIVA

O Aterro Industrial Mantovani recebeu resíduos industriais de 61 empresas entre os anos de 1974 e 1987, quando então foi fechado por determinação da CETESB. No último dia 10, o Ministério Público Estadual determinou a execução de um estudo de recuperação da região ao custo de R\$ 6 milhões, valor a ser rateado por todas as empresas que depositaram lixo no aterro. O dono do aterro ainda mantinha até recentemente uma empresa de refino de óleo lubrificante, inaugurada em 1995, que também teve sua licença cassada pela CETESB no mês passo, por irregularidade no armazenamento de resíduos.

O lixo recebido no aterro era enterrado em buracos de aproximadamente oito a dez metros de profundidade, protegidos por uma camada de 20 centímetros de concreto. Os tambores de plástico de 200 litros permaneciam armazenados durante 24 horas num cano de concreto à prova de vazamentos. Segundo denúncias de ex-funcionários da empresa existem cerca de 200 covas de lixo industrial. Este tipo de procedimento se enquadra nas exigências feitas para o armazenamento de lixo radiativo e chumbo, fato que precisa ser apurado.

Para os moradores da região a contaminação pode ser maior do que anuncia a CETESB. Como não há fiscalização sobre os estudos feitos e apresentados pelo órgão, pairam dúvidas e inseguranças. Nos 8 hectares que formam o aterro pode-se ver grandes errupções negras, de um produto parecido com piche, que saem do solo em diversos lugares, formando grandes manchas que depois se solidificam na superfície. Alguns produtos, na forma líquida ou sólida, espalham-se pelo solo. Além disto, existem restos de embalagens plásticas ou metálicas e óleo que cobre dois grandes lagos em meio a este cenário.

Os resíduos e o lixo industrial depositado ao longo de vários anos em área próxima a Campinas compromete o subsolo da região e levanta suspeitas de contaminação radioativa. Neste sentido, a realização de uma audiência vem cumprir com o objetivo de iniciar investigações e apurações dos fatos relacionados ao aterro.

Sala das Comissões,

de 2001

Luiz Alberto

Deputado Federal – PT/BA

Luciano Zica

Deputado Federal – PT/SP